

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS - PORTUGUÊS**

Carlos Eduardo Herculano Jardim

**LÍNGUA PORTUGUESA: CONCEITUAÇÃO E USOS DO
TEMPO PRETÉRITO**

Araguaína – TO

2017

Carlos Eduardo Herculano Jardim

**LÍNGUA PORTUGUESA: CONCEITUAÇÃO E USOS DO
TEMPO PRETÉRITO**

**Trabalho de conclusão de curso apresentado na
Universidade Federal do Tocantins como requisito para
a conclusão do curso de Letras – Língua Portuguesa e
Literaturas.**

Orientador: Luiz Roberto Peel Furtado de Oliveira

Araguaína – TO

2016

RESUMO

Por muitos anos, as indicações de uso dos pretéritos no *ensino dos verbos nas aulas de língua portuguesa* são orientadas de maneira escassa e tradicional, obstruindo por muitas vezes suas acepções durante o ato locutório, impedindo que aluno compreenda suas formas distintas empregadas na variante padrão. O objetivo desse trabalho visa à conscientização dos professores da educação básica ao desenvolver suas metodologias e práticas no ensino gramatical dos verbos, analisando as contribuições dos tempos verbais, ressaltando a importância do uso do tempo pretérito para o processo do ensino da língua portuguesa, conceituando-os e apontando a relevância de uso de cada um deles. As concepções utilizadas abordam temas como Língua, Linguagem, Gramática e Tempos Pretéritos: concepções e valores. O método utilizado para esta pesquisa é dedutivo, pois considera essencialmente experiências precedentes com base em análises de cunho bibliográfico, indicando as relações de prática entre o ensino e uso de metodologias gramaticais na formação do aluno, leitor e professor de língua materna. O trabalho presente resultou em um estudo de suma importância para o aprendizado acadêmico e desenvolvimento metodológico de futuros professores de língua portuguesa em relação ao processo de ensino aprendizagem dos estudos gramaticais, contribuindo grandemente para o processo significativo constituídos na estrutura da língua materna.

Palavras-chave: Ensino; Pretérito; Verbos; Linguagem; Língua; Gramática.

ABSTRACT

For many years, the use of preterite tense in the teaching of verbs in Portuguese language classes has been oriented in a scarce and traditional way. Sometimes this can obstruct their meanings during the locutionary act, preventing the student from understanding the different forms used in the standard variant . This reaserch has as objective the awareness of the teachers of basic education by developing their methodologies and practices in the verbal grammar teaching, analyzing the contributions of verbal tenses, emphasizing the importance of the use of preterite tense for the process of teaching Portuguese language, and pointing out the relevance of the use of each of them. The conceptions used cover topics such as Language, Grammar and Preterite Tense: conceptions and values. The method used for this research is deductive, since it essentially considers previous experiences based on bibliographic analyzes, indicating the relations of the practices between the teaching and use of grammatical methodologies in the training of the student, reader and native language teachers. This reasearch is important for the academic learning and methodological development of future Portuguese language teachers in relation to the teaching-learning process of grammar studies. It also contributes greatly to the significant process constituted in the structure of the mother language.

Keywords: Teaching; Preterite; Verbs; Language; Grammar.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO – TEMA E PROBLEMATIZAÇÃO	6
2. JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS E METODOLOGIA.....	8
3. CAPÍTULOS	13
3.1 LÍNGUA, LINGUAGEM E GRAMÁTICA.....	13
3.2 PRETÉRITOS: CONCEITUAÇÕES E VALORES	18
4. O HOMEM QUE SABIA JAVANÊS.....	29
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
6. REFERÊNCIAS	32
7. ANEXOS.....	33
8. O HOMEM QUE SABIA JAVANÊS.....	34

1. INTRODUÇÃO

Os verbos são, em geral, a classe de palavras que instituem as características das orações, denominadas de predicados, expressando um fato ou um acontecimento e considerando discursivamente tudo o que ocorre em relação aos seres. Essa classe gramatical também possui uma característica fundamental - o fato de se flexionar, exprimindo a noção de tempo como passado, presente e futuro, contendo, além dos predicados e predicacões que se formam a partir de argumentos apresentados durante o enunciado, outras noções que ajudam a precisar os sentidos e as ideologias presentes no discurso. Ainda possui os modos verbais da língua denominados *Indicativo*, *subjuntivo* e *Imperativo*, relacionados às flexões temporais expressadas por suas formas. As flexões temporais expressadas pelo verbo para exprimir passado, presente e futuro são representadas por tempos simples e compostos.

Regularmente, em relação à formação escolar, é no ensino fundamental que nos deparamos com as primeiras concepções gramaticais expostas pelo professor de língua portuguesa, como as classes gramaticais, o ensino dos verbos e suas variações, o uso dos passados. E é, com base nesses pressupostos, que o trabalho tem como proposta desvelar o uso dos passados apresentados durante o ensino dos verbos e nas situações defrontadas durante o processo de ensino/aprendizagem da língua portuguesa, apresentando conceitos e uso desses tempos.

Com base nesse pressuposto, pretendeu-se responder duas inquietações que serviram de norte para o desenvolvimento da pesquisa, como:

- Como o aprendizado do uso dos passados pode contribuir para a construção do conhecimento gramatical da língua?
- Qual é a sua contribuição para o processo de aprendizagem da variante de prestígio?

Acredita-se que o uso dos passados tem um papel imprescindível no processo de ensino-aprendizagem da gramática da língua materna, seja por meio do ensino de variante de prestígio, seja por meio de atividades genéricas, relativas ao conhecimento básico da normatividade.

Dessa forma, o presente trabalho estuda a importância do uso preciso dos passados para o aprendizado acadêmico e para o desenvolvimento metodológico de futuros professores em relação ao processo de recepção e criação de seus alunos; sendo seu objetivo principal a identificação e a análise dos tempos e de seus conceitos, a partir de uma visão normativa, descritiva e pedagógica. A pesquisa ainda consta com os seguintes objetivos específicos:

- Definir língua, linguagem e gramática;
- Identificar a importância da gramática para o ensino de língua portuguesa;
- Determinar qual gramática, dentre as encontradas no mercado editorial brasileiro, possui linguagem de fácil compreensão para utilização no ambiente escolar;
- Discutir a contribuição dos tempos verbais e dos usos do passado para o processo de ensino da língua.

Concluimos que existe uma ligação absolutamente forte entre os conceitos abordados por cada autor, em cada gramática; e que, uma vez conhecedor desses conceitos e uso dos mesmos, podemos potencializar as relações de estudo e ensino da língua, tornando-o mais prazeroso e eficaz.

2. JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS E METODOLOGIA

Nos dias de hoje, percebemos que a escola tem desempenhado um papel de fundamental importância para o ensino de língua materna, o que não fica restrito ao universo escolar da sala de aula, já que existem outras atividades em que a língua materna pode ser desenvolvida, como as olimpíadas de língua portuguesa, as gincanas pedagógicas, dentre outras práticas que vão além da educação. A elaboração desta pesquisa se deu a partir de tentativas de conhecer e compreender as influências do uso dos passados como instrumento elementar, junto com o conhecimento prático dos outros tempos, para o desenvolvimento dos processos linguísticos básicos; sendo que a inquietação inicial surgiu durante os estágios supervisionados em língua portuguesa, a partir da percepção da dificuldade dos alunos no manuseio das flexões verbais.

O problema tem ascendido proporções cada vez maiores, sendo que a causa tem origem principalmente na prática de metodologias inadequadas para o ensino gramatical. Um professor que atua somente como um simples transmissor de conteúdo, desconsiderando a integridade construtiva para a formação de indivíduos, certamente acarretará efeitos desastrosos na aprendizagem dos seus alunos; uma vez que, rejeitando a importância de um bom planejamento e boas metodologias de ensino gramatical, estará contribuindo para a formação de indivíduos destituídos de suas capacidades expressivas de uso da língua, tornando-os incapazes de usar seus conceitos adequadamente durante situações de comunicação, oral ou escrita.

Os tempos simples e compostos dos passados da gramática normativa são de fundamental importância para o desenvolvimento construtivo de um bom texto, de um bom leitor, de um bom escritor e de um bom professor de língua portuguesa.

Estudar o uso dos passados, seus conceitos e seus tempos simples e compostos se constitui como uma ideologia fundamental para o ensino eficiente da língua materna, em razão de ser um tema desafiador para professores e alunos que possuem em sua formação conceitos e noções escassas sobre o ensino dos passados. Cabe ainda apresentar a importância de produção deste projeto, centrado no caráter científico que este trabalho possa desenvolver, tendo em vista a dimensão pragmática que se pretende obter com a sua realização.

Outra perspectiva se refere a importância social alcançada pelo estudo, uma vez que seus resultados poderão contribuir para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, especialmente quando se referir ao ensino de linguagem gramatical com o uso dos passados, estabelecendo relações entre aluno e gramática.

Logo, a escolha deste tema propõe uma contribuição que acarretará maior discussão e interesse de gramáticos normativos e linguistas que acreditam no sucesso de uma educação básica, tendo como um dos principais princípios, em suas relações educacionais, o ensino aprofundado da gramática, considerando o uso dos verbos e delimitando uma construção de uso e aprendizagem na relação entre professores e alunos.

A proposta foi elaborada a partir dos seguintes objetivos:

- Geral: identificar, por meio de análise documental bibliográfica, o uso dos passados, os tempos simples, os compostos e seus conceitos, a partir de uma visão normativa, descritiva e pedagógica.
- Específicos:
 - Definir língua, linguagem e gramática;
 - Identificar a importância da gramática para o ensino de língua portuguesa;
 - Determinar qual gramática, dentre as encontradas no mercado editorial brasileiro, possui linguagem de fácil compreensão para utilização no ambiente escolar;
 - Discutir a contribuição dos tempos verbais e dos usos do passado para o processo de ensino da

Este trabalho foi essencialmente desenvolvido como um estudo analítico de cunho bibliográfico, em que, por meio desta prática metodológica, pudemos compreender as ocorrências sobre o tema a partir dos pontos gramaticais relacionados aos estudos de língua portuguesa, indicando as relações de prática entre o ensino e o uso de metodologias gramaticais na formação do aluno, leitor e professor de língua materna.

Dessa forma, a busca se constituiu a partir de análises crítico-gramaticais do uso dos passados, fundamentando-se nas gramáticas da língua portuguesa, em relação ao ensino com leituras e observações, acreditando que o contato aprofundado com os autores e com as gramáticas proporcionará maior esclarecimento, possibilitando benefícios e

avanços profissionais no ensino de língua materna, considerando que as leituras expandem as mentes, transformando as ideias e os conceitos formados no decorrer da existência.

Para que o referencial teórico pudesse fluir de forma propícia, transformando o desafio proposto em aprendizado, foi necessário o seguinte empreendimento: grande leitura de livros, gramáticas normativas, descritivas e pedagógicas; estruturação de capítulos; e análises bibliográficas. Dessa forma, a partir dos autores pesquisados, dentre eles Benveniste, teórico da enunciação, foi alcançada uma maior clareza no tocante ao conceito e ao desempenho da norma culta.

A fundamentação teórica foi estabelecida como essencialmente gramatical, com passeios pela linguística, ou seja, o norte teórico do trabalho está sendo composto pelos teóricos das gramáticas normativas, descritivas e pedagógicas, com considerações de tratados da linguística aplicada.

A partir das gramáticas normativas e descritivas, temos uma visão gramatical ligada a uma determinada comunidade linguística, que tem por finalidade reunir e recontar as regras de uso da língua, como ela é realmente falada e escrita, partindo do processo de mudança sofridas por ela, descrevendo não só a estrutura padrão da língua, mas abrangendo toda a descrição da linguagem coloquial, sua variação social, geográfica, histórica etc.

A partir da gramática pedagógica, reunimos uma visão gramatical, principalmente descritiva, muitas vezes de cunho histórico, que não obedece a uma corrente teórica específica em sua descrição e em sua abordagem, mas que tem por finalidade exercer uma regularização descritiva e sincrônica das variações do uso efetivo dos itens da língua, estabelecendo uma gramática referencial da língua portuguesa por meio de uma justificativa histórica evolutiva.

Benveniste (2006, P.63), diferentemente de Saussure, que entende a língua como um sistema essencialmente social e concebida no consenso coletivo, destaca que “*somente a língua torna possível a sociedade*”, constituindo e fundamentando todas as relações que resultam diretamente na sociedade, classificando a língua como um código fechado em si mesmo, constituído por signos; classificação essa que provém da sua compreensão dos signos.

A noção de língua destacada por Benveniste (2005, p.85) também influenciará o pensamento sobre a linguagem. Uma vez que ela é vista como um instrumento que serve de comunicação ao homem. Benveniste desfaz esta visão sobre a linguagem, transformando o indivíduo em sujeito, e afirmando que o homem não ensina a definição de linguagem, mas que a linguagem ensina a própria definição do homem. A partir desse ponto, Benveniste apresenta a linguagem como um lugar onde o indivíduo irá se estruturar como falante e sujeito, representando assim a noção de enunciação sobre os estudos linguísticos.

Muito se tem discutido sobre as flexões temporais dos enunciados, apresentados pela gramática no ensino da língua padrão, principalmente quando o assunto remete aos verbos de forma abrangente, pois sabemos que os verbos expressam marcas temporais durante o período enunciativo da língua.

Benveniste (2006, p. 68), em seu capítulo “A linguagem e a experiência humana”, apresenta que todas as línguas contêm categorias de expressões comuns correspondentes a um modelo constante. Categorias essas que o autor classifica em categoria de *pessoa*, e categoria de *tempo*, e que são constituídas de modalidades de elementos independentes de toda e qualquer determinação cultural, e que, por meio delas, podemos visualizar as experiências subjetivas do sujeito que se colocam e se situam *na e pela* linguagem.

Para o autor, nenhuma experiência subjetiva é tão rica quanto as formas linguísticas que revelam a expressão de tempo, tendo em vista que o presente termo exerce representação diferente no contexto linguístico, pois são várias as suas maneiras de uso durante o período de construção de um enunciado, mostrando assim que o conceito de tempo empregado pela língua é totalmente diferente da reflexão.

Para o linguista, o tempo físico do mundo é definido pelo período de duração, sendo infinito, linear e segmentável à vontade, pois é marcado pelos graus de emoções representados por cada indivíduo durante a sua vida. E, a partir do tempo físico, surge o tempo crônico que é definido pelos acontecimentos, englobando também a vida do indivíduo, representando a sucessão de acontecimentos, e nos apresentando os chamados *pontos de referências* com os quais usamos para representar momentos de um *passado imediato* ou de um *momento longínquo*.

Benveniste (2006, p.77) afirma que todas as sociedades expressam suas formas de cultura para objetivar o *tempo crônico*, tendo como necessidade a criação do calendário baseados nas recorrências dos fenômenos naturais como alternância do dia e da noite, duração entre uma colheita e outra, trajeto visível do sol, fases da lua, estações do clima e da vegetação, etc.

3.1. LÍNGUA, LINGUAGEM E GRAMÁTICA

A “*língua*” no ensino de idiomas é compreendida como um instrumento de comunicação composta de normas gramaticais, cujo objetivo é possibilitar a compreensão dos enunciados proferidos por um grupo de indivíduos (falantes), desenvolvendo assim o ato de comunicação. Para Travaglia (2005), a língua é um ato social, vista como um código aglomerado de signos combinantes conforme as regras gramaticais, capaz de transmitir mensagens e informações de um emissor para um receptor.

Partindo do conceito de língua, no ensino de língua de portuguesa, subsequentemente obtemos a definição de linguagem, abordada como a capacidade de produção e compreensão da língua, desenvolvida ao expressar ideias, pensamentos, sentimentos, opiniões, dentre outras manifestações linguísticas.

A linguagem também é classificada em linguagem verbal e não-verbal; constituindo-se em linguagem verbal, quando a comunicação é desenvolvida por meio de escrita e da fala; enquanto a não-verbal é realizada por meio de imagens, sons, gestos etc. Para Travaglia (2005), a linguagem é um lugar de interação humana e comunicativa, constituída de efeitos de sentidos entre colocutores em nível de comunicação e em contexto sócio-histórico e ideológico, fazendo com que os seus usuários interajam enquanto sujeitos ocupando lugares sociais, *falando* e *ouvindo* de acordo com as normas estabelecidas pela sociedade para tais atos, ideologias e intencionalidades.

Ainda no âmbito do ensino da língua materna, temos a definição de gramática, que é cognominada como uma ciência que estuda os elementos linguísticos de uma determinada língua e suas possíveis convenções, constituindo-se em quatro níveis de estudo, sendo eles: nível fonético-fonológico, nível sintático-morfológico, nível léxicosemântico e o nível pragmático.

A partir desses pressupostos conceituais de língua, linguagem e gramática, no âmbito da língua portuguesa, são elencadas concepções de língua, linguagem e gramática pelo viés de cada gramática encontrada no mercado editorial brasileiro, ao menos das principais.

Travaglia também foi muito considerado na execução deste trabalho, pois destaca as funcionalidades descritivas da língua e o conjunto de regras usadas pelos falantes

(2005, p. 27), considerando (gramaticalmente) toda variedade linguística, ou seja, inserindo no sistema tudo o que constitui e estabelece uma conexão comunicativa. Dentre suas concepções de gramática, Travaglia (2005, p.28) destaca que a compreensão de gramática vai além dos livros, regras ou de qualquer outra feição normativa, pois seu sentido de significação é criado a partir da capacidade genética que o falante desenvolve ao entrar em contato com uma comunidade linguística inerente às regras da língua, sem erro linguístico, a qual o falante recebe ao entrar em uma determinada comunidade falante (gramática internalizada).

Travaglia (2005) ainda nos apresenta mais oito tipos de gramáticas derivadas das concepções descritas inicialmente, denominando-as gramática implícita, gramática explícita ou teórica, gramática reflexiva (relacionadas distintamente entre as atividades linguísticas, eplinguísticas e metalinguísticas), gramática contrastiva ou transferencial, gramática geral, gramática universal, gramática histórica e gramática comparada (sendo elas denominadas pelos seus objetos de estudo e objetivos de ensino).

Língua, Linguagem, e Gramática pelas perspectivas normativa e descritiva

Particularmente, as gramáticas mais comuns encontradas nas bibliotecas universitárias e no mercado editorial brasileiro são as gramáticas normativas e descritivas, nas quais são apresentadas as normas e as regras da variante de prestígio e de suas variações (marcas de uso encontradas em cada região).

Pela perspectiva normativa, foram consultadas as gramáticas de Rocha Lima (Gramática Normativa da Língua Portuguesa) e Evanildo Bechara (Moderna Gramática Portuguesa); enquanto pela perspectiva descritiva, as gramáticas estudadas foram as de Mário A. Perini (Gramática do Português Brasileiro e Gramática Descritiva do Português); desse estudo, resultaram as observações encontradas no próximo tópico.

➤ Gramática Normativa da Língua Portuguesa (1991 - Rocha Lima)

Língua: na ‘Gramática normativa da língua portuguesa’, Rocha Lima (1991, p.04) denomina a língua como um sistema, um conjunto organizado opositivo de relações adotado por uma determinada sociedade para permitir o exercício da linguagem entre os homens.

Linguagem: Rocha Lima (1991, p.03) nos apresenta a linguagem como qualquer processo de comunicação, como a mímica ou a linguagem de sinais (usadas pelos surdos e pelos estrangeiros que não sabem a língua de um país), o semáforo pelo uso da marcação de luzes que indicam ações (usadas no trânsito, nos aeroportos, e nos portos, indicando as costas para os navios), e a linguagem transmitida por meio de bandeiras ou espelhos (usadas por marujos e escoteiros etc.). O autor ainda destaca que existem dois tipos de expressões linguísticas que caracterizam a linguagem, sendo elas as expressões *faladas* e *escritas*. Na expressão escrita, os sons da fala passam a ser mentalmente traduzidos por meio de símbolos gráficos, estabelecendo relações subsequentes do eu (falante) em sua totalidade significativa dos vocábulos e das frases, ressaltando ainda a entonação da voz e do timbre nos signos evocados em cada momento comunicação.

Gramática: Rocha Lima (1991, p.05.) destaca que Gramática Normativa é uma disciplina didática por excelência, que tem como objetivo codificar o “*uso idiomático*” da língua por meio da classificação e sistematização dos signos, determinando as normas que, para uma determinada época, representam o ideal da expressão correta, as quais são aceitas e usadas pelos grupos mais cultos da sociedade, significando prestígio social de cultura. Rocha Lima ainda fundamenta que o uso idiomático da língua, pela perspectiva da gramática normativa, considera o ideal de perfeição abordada nas linguagens utilizadas pelos grandes escritores e dividindo-a em três partes, sendo elas as que seguem: Fonética e Fonologia, que estudam os fonemas e suas combinações, os caracteres prosódicos da fala, assim como o acento e a entonação; a Morfologia, que estuda as formas, a estrutura e a classificação da língua; e a Sintaxe, que estuda a construção da frase.

➤ **Moderna Gramática Portuguesa (2009) (Evanildo Bechara)**

Língua: Na ‘Moderna Gramática Portuguesa’, Evanildo Bechara (2009) nos apresenta a língua como uma produção cultural histórica, composta como unidade padrão, reconhecida pelos falantes nativos, ou falantes de outras línguas, realizada por todas as comunidades do mesmo domínio linguístico, denominando-a *língua histórica*¹.

Linguagem: Evanildo Bechara (2009) entende que linguagem é qualquer sistema de signos simbólicos empregado no sistema social de comunicação para expressar

¹ Disciplina linguística que estuda o desenvolvimento histórico de uma língua, assim como seu surgimento, sua estrutura, e o seu processo evolutivo ao longo do tempo - evolução diacrônica (FARACO, Carlos A. *Linguística Histórica, uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Editora Ática, 1998.).

conteúdos da consciência, sendo eles sentimentos e/ou ideias, classificando assim a linguagem como um processo de intercomunicação social, pois para o autor a linguagem é estar sempre no mundo, ressaltando a convivência social/comunicativa entre os interlocutores (falantes), e não como um processo linguístico particular de cada indivíduo, mas sim de toda uma comunidade linguística.

Gramática: Evanildo Bechara (2005), diferentemente dos demais autores, apresenta-nos duas definições de gramática, sendo uma normativa e outra descritiva. Em sua primeira concepção, Bechara (2005) nos apresenta a gramática descritiva, destacando-a como uma disciplina científica que relaciona e descreve a língua como um sistema linguístico em todos os seus aspectos (fonético-fonológico, morfossintático e léxico), registrando assim os processos de significação de usos e variações na estrutura gramatical da língua; em sua segunda concepção gramatical, Bechara (2005) destaca que a gramática normativa é uma disciplina com finalidades pedagógicas, que recomenda o modelo de uso idiomático exemplar, empregado em circunstâncias especiais no convívio sócio/comunicativo, indicando o modo de falar e escrever e seguindo os métodos de usos da língua adotados pelos grandes escritores, gramaticistas e dicionaristas.

➤ **Gramática Descritiva do Português (1999) / Gramática do Português Brasileiro (2010 - Mário A. Perini)**

Língua: Mário A. Perini, na ‘Gramática Descritiva do Português’ e na ‘Gramática do Português Brasileiro’ (2010), destaca as concepções de língua como tipos de dialeto; uma língua falada, propriamente dita, como a Língua Portuguesa, possui para ele vários dialetos. Perini ainda acentua que a língua se segmenta em duas categorias, sendo elas as seguintes, a variante falada e a expressão escrita. Na variedade falada, o texto é proferido pelo falante de maneira “coloquial”, por meio do uso de variações regionais da variante padrão. Enquanto que, na variedade escrita, a linguagem textual empregada no texto é a “padrão”, respeitando os critérios de uso idiomático da língua adotados pela gramática normativa. Perini (2010) aponta ainda que os usos das categorias da língua são modificados de acordo com o âmbito sócio/comunicativo pelo qual o falante está presente.

Linguagem: A partir de análises gramaticais do ponto de vista descritivo destacado por Perini (2010 e 1999), percebemos que a linguagem é um sistema de signos constituídos a partir do processo de significação dos signos empregados nas variedades

linguísticas da variante padrão, propiciando assim o processo de comunicação social do falante por meio da linguagem coloquial e padrão ².

Gramática: Perini (1999 e 2010) nos apresenta duas concepções de gramática em suas obras. Em sua primeira concepção, o autor destaca que a gramática é uma disciplina científica que estuda regras e fatos teóricos da língua (gramática normativa). Enquanto que a sua segunda concepção nos apresenta à gramática descritiva como uma disciplina que tem como objetivo estudar e descrever a língua como ela é, sem prescrever e proibir formas consideradas erradas, pois, para o autor, o “certo” é tudo aquilo que ocorre na língua, mantendo uma atitude científica, respeitosa e atenciosa, em suas constantes relações às realidades linguísticas.

A partir das análises gramaticais das perspectivas normativa e descritiva, percebemos que não há uma gramática carregada de sentido melhor ou menos significativa do que a outra, pois os dois tipos nos apresentam formas distintas e normas da variante padrão que nos ajudarão a compreender os sentidos de significação dos signos constituídos na norma padrão (apresentados na gramática normativa) e no português brasileiro por meio do uso de variações regionais (apresentados pela gramática descritiva); pois os estudos normativos e descritivos da língua nos proporcionarão um conhecimento abrangente das variedades recorrentes da língua, para uso e desenvolvimento da variante no âmbito sócio/comunicativo ao qual pertencemos enquanto falantes.

² Linguagem “Coloquial” e “Padrão” – termo utilizado por Mário A. Perini para expressar as categorias da Língua Portuguesa, enfatizando que a linguagem coloquial é o termo utilizado para distinguir a língua falada no Brasil (linguagem comum utilizada pelos falantes do PB, salientando variações regionais), enquanto o termo padrão nos remete a linguagem escrita (linguagem encontrada nos textos, utilizando padrões de normatividade da variante de prestígio) (Gramática Descritiva do Português, 1999. p. 24.)

3.2. Tempos Pretéritos: Conceituações e Valores

Esta parte do trabalho visa à conscientização dos professores do ensino fundamental durante as práticas de ensino gramatical dos verbos. Discutindo a contribuição dos tempos verbais, principalmente a importância do uso do tempo pretérito (passado) para o processo do ensino da língua portuguesa, conceituando e apontando a relevância de uso de cada um deles.

➤ **Concepções dos modos verbais**

Para a maioria dos professores de língua portuguesa, o verbo é simplesmente uma palavra usada como uma das dez classes gramaticais; aquela responsável pelas indicações de uso das ações, dos estados, fenômenos naturais, desejos e ocorrências acometidas na estrutura das orações que compõem a variante padrão.

Durante os estudos gramaticais realizados no desenvolver dessa pesquisa, foi encontrada uma concepção do termo verbo que abrange aspectos léxicos/gramaticais do conceito, seus tempos e uso dos pretéritos. Ferrarezi (2014), em ‘*O estudo dos verbos na educação básica*’, ao perceber a dificuldade dos alunos durante o ensino dos verbos nas aulas de língua portuguesa, em decorrência da utilização dos métodos tradicionais adotados pelos professores, destaca de maneira simples que o sentido significativo do verbo no PB (português brasileiro) é o que segue: “o verbo é a única palavra que pode ser modificada para expressar mudanças em relação ao tempo” (FERRAREZI, 2014, p.14.).

Ainda em ‘*O estudo dos verbos na educação básica*’, Ferrarezi (2014) destaca que, para compreender os tempos verbais do PB, é necessário compreender o conceito da harmonia temporal expressada pelos verbos em diferentes tempos. O autor salienta que a harmonia temporal “*é a relação de dependência que um tempo tem em relação a outro, ou seja, seu funcionamento conjunto*” (FERRAREZI, 2014, p.71.)

Enquanto Oliveira (2016), em seu ‘*Vocabulário de Sintaxe Normativa*³’, apresenta-nos uma definição do termo verbo de maneira abrangente e lógica, englobando

³ Vocabulário desenvolvido pelo Professor Doutor Luiz Roberto Peel Furtado de Oliveira, que é professor na Universidade Federal do Tocantins (UFT), possuindo experiência na área de Letras Clássicas, Filologia, Teoria Literária e Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: semiótica, cognição, lógica, metodologia, arte e filologia.

as concepções destacadas pela perspectiva dos linguistas e concepções expressas em dicionários de terminologia da língua portuguesa, apresentando o Verbo como:

“palavra pertencente a uma classe aberta de palavras que flexiona em tempo, modo, pessoa e número, e que constitui o elemento principal do grupo verbal”; para vários linguistas, o verbo tem na frase um papel decisivo, determinando, enquanto centro funcional sintático, a estrutura da frase, graças a sua potência de enlace (*Tesnière, Erben, Engel, Heringer*, dentre outros). *Dubois* assim o definiu: “Na gramática tradicional, o verbo é uma palavra que exprime o processo, isto é, a ação que o sujeito faz [...] ou sofre [...] ou então a existência do sujeito [...], ou seu estado [...], ou ainda a relação entre o predicativo e o sujeito [...]. Na linguística estrutural, o verbo é um constituinte do sintagma verbal, de que é o cabeça”. *Trask*, em seu dicionário terminológico, além de defini-lo, fala de sua prototipicidade: “A parte do discurso que inclui palavras como ir, ver, compreender e parecer”. (Oliveira, 2016, p.85.)

O verbo também se flexiona em três modos verbais, sendo eles o *Indicativo*, o *Subjuntivo* e o *Imperativo*. No modo indicativo o verbo expressa a certeza do falante, um fato que se tornou ou será realidade, possuindo seis tempos verbais, sendo eles o presente, o pretérito perfeito, o imperfeito e o mais-que-perfeito; o futuro do presente e o futuro do pretérito. Oliveira, em seu vocabulário, apresenta-nos a definição do indicativo:

Do lat. *indicatīvus*, “que indica; que informa”. Raiz indo-europeia: deik- (‘mostrar’, ‘indicar’). Nome dado ao modo verbal pelo qual um fato é indicado ou assegurado. Na língua portuguesa, o indicativo é usado, ainda, como subjuntivo, quando acompanhado por advérbios de dúvida ou pela subordinação da enunciação a uma construção com verbo significado pensar, crer etc. (Oliveira, 2016, p. 96.)

O modo imperativo, diferentemente do indicativo, expressa ordem, conselho ou um pedido do falante, é explicado por Oliveira (2016) como:

Nome dado ao modo verbal que expressa a vontade do falante em relação ao comportamento do ouvinte. Na língua portuguesa só admite formas de presente (aplicáveis ao futuro), sendo que suas formas são as de segunda pessoa, para o tratamento direto, e as de terceira pessoa, para o tratamento indireto; existe, ainda, a possibilidade do falante se associar à ação que impõe ao outro, aparecendo uma forma de imperativo de primeira pessoa do plural. (Oliveira, 2016, p.96.)

O modo subjuntivo é o que expressa um fato de incerteza proferido pelo falante, fato duvidoso, hipotético ou com possibilidades de acontecer, não estando ligado aos processos temporais do verbo. Oliveira (2016) nos aponta a concepção do termo subjuntivo, elencando olhares conceituais de vários linguistas e gramaticistas em suas obras, destacando ainda que na realidade linguística não existe nenhum valor modal para o subjuntivo devido as variedades de uso empregadas pelo usuário, afirmando que o subjuntivo:

exprime dependência, eventualidade ou possibilidade. O subjuntivo, ou conjuntivo, é a modalidade verbal destinada a indicar que o processo é apenas admitido e, conseqüentemente, passível de dúvida. Para Wittgenstein, o subjuntivo só tem sentido na forma condicional, na qual é colocada, na forma de dependência, uma asserção relativa a uma possibilidade fenomenológica; nos outros usos, seria sem sentido, uma vez que o sentido, para o filósofo austríaco, é algo que apresenta certeza em relação ao fenômeno ou à possibilidade fenomenológica; precisaríamos, se fôssemos seguir a concepção do filósofo austríaco, identificar duas possibilidades semânticas: a da certeza (indicativo), que possibilitaria sentidos; e a outra, a que conjugaria o imperativo e o subjuntivo, que possibilitaria significados, mas não sentidos. (Oliveira, 2016, p 96-98)

➤ Os Pretéritos

A partir dos pressupostos conceituais dos modos verbais (indicativo, imperativo e subjuntivo), chegamos ao foco principal deste trabalho, no qual discutiremos concepções e uso dos pretéritos da língua portuguesa. Como sequência do estudo dos modos, chamamos de tempo a noção expressa pelos verbos no momento da enunciação (presente, passado e o futuro).

Por meio dos estudos gramaticais da língua portuguesa, entendemos que pretérito é a noção de tempo expressa em um momento passado da enunciação, classificando-se em pretérito perfeito (indicativo e subjuntivo), pretérito imperfeito (indicativo e subjuntivo), pretérito mais-que-perfeito (indicativo e subjuntivo). Oliveira (2016) nos apresenta a concepção de pretérito em seu vocabulário como:

“Passar além”, “que passou, passado”. É o tempo que situa o processo no passado em relação a um determinado momento; existindo, na língua

portuguesa cinco possibilidades para situar o momento pretérito: pretérito imperfeito (ação passada contínua); pretérito perfeito (ação passada concluída); pretérito perfeito composto (ação passada que continua no momento em que se diz); pretérito mais-que-perfeito (ação passada anterior a outra igualmente pretérita); pretérito mais-que-perfeito composto (ação passada anterior a outra também situada no passado). (Oliveira, 2016, p.94.)

➤ **Funções de uso dos pretéritos**

❖ **Indicativo**

O modo indicativo do verbo é constituído por três tempos pretéritos, sendo eles o pretérito perfeito (simples e composto), pretérito imperfeito (simples) e pretérito mais-que-perfeito (simples e composto). Vejamos agora suas funções e usos no momento da enunciação.

O pretérito perfeito simples do modo indicativo se constitui quando o falante, em seu momento de enunciação, profere um fato em que a situação está inteiramente concluída, realçando algo que aconteceu em um momento passado. Ferrarezi (2014) destaca que não importa se o momento da enunciação do passado, em seu período simples do indicativo, ocorreu há dois segundos ou há dois milhões de anos, pois a parte mais importante do período que constitui o pretérito perfeito é o seu sentido de pontualidade definido e ocorrente antes do momento da fala.

Em seu período composto, no modo indicativo, é constituído quando o enunciado expressa o sentido de continuação, partindo da ação passada ao momento presente, sendo formado pelo *presente do indicativo* do verbo auxiliar “*ter*” com o particípio de outro verbo. Para Ferrarezi, no passado composto do indicativo, “o sentido temporal do passado perfeito composto é o de expressar um evento que tem início definido no passado, mas que é durativo, chegando ou até ultrapassando o agora” (FERRAREZI, 2014, p.80).

Exemplos (os exemplos elencados neste trabalho foram tirados de Ferrarezi – 2014 e de alguns sites da internet):

Pretérito Perfeito do Indicativo (Simples):

- Pedro *acordou cedo*.

- Paulo *estudou* muito.

- *Comprei* uma caneta agorinha

- *Chegou* em sua casa, *foi* ao seu quarto nos fundos da casa, *deitou-se* e *dormiu*.

Pretérito Perfeito do Indicativo (Composto):

-Tenho *estudado* até tarde.

-Letícia tem *faltado* muito às aulas.

-Carlos tem *andado* triste ultimamente.

Ainda no modo indicativo, temos o pretérito mais-que-perfeito que é utilizado para expressar uma ocorrência anterior a outra também passada, e assim como no pretérito perfeito (fato recorrente antes do perfeito), o mais-que-perfeito é formado por um período simples e um composto, sendo o simples empregado na escrita de textos formais, enquanto o período composto é utilizado na linguagem oral.

Segundo Ferrarezi (2014), tratando-se do passado mais-que-perfeito do indicativo, questões idiomáticas são discutidas em relação ao seu uso na linguagem oral do PB, pois, por muito tempo, as formas simples e compostas conviveram semanticamente juntas no período enunciativo da linguagem oral, principalmente a forma simples, que ressalta, até mesmo, sentidos extintos da sua forma na linguagem falada, elencando argumentos significativos em alguns estudiosos que chegam a falar que a forma simples não existe mais no PB⁴ (cf. Perini, 2010). O autor ainda destaca que apesar de pouco usado na fala, não é correto afirmar que o pretérito mais-que-perfeito (simples) não existe mais no PB, pois é bastante utilizado em sua forma composta com sentidos semelhantes ao simples.

Ainda referente ao passado mais-que-perfeito do indicativo, Ferrarezi (2014) nos apresenta o sentido harmônico do tempo chamado de “tempo de arrependimento”, ocorrido quando o *mais-que-perfeito* entra em harmonia com o *passado imperfeito do subjuntivo* que, quando em contato harmônico, indica uma condição de sentido distinta dada pelos outros tempos, transcorrendo assim, expressões de sentido recorrentes às do

⁴ PB: Português Brasileiro.

futuro do pretérito do indicativo, pois expressa na oração, um fato que poderia ser evitado ou um fato desejado que não foi realizado pela condição do imperfeito do subjuntivo, mas que foi realizado, um dia, mas não com o mais-que-perfeito do indicativo (reforçando assim o sentido do futuro do pretérito do indicativo), descrevendo assim o olhar de um normativista diante do encontro harmônico dos tempos.

O pretérito mais-que-perfeito composto do indicativo (utilizado na linguagem oral) é constituído pelo verbo auxiliar “*ter*” no *pretérito imperfeito* juntamente com o particípio de outro verbo, enquanto na linguagem formal o verbo auxiliar é constituído pelo verbo “*haver*”.

Exemplos:

Pretérito Mais-que-Perfeito (Simples):

- Quando o noivo *apareceu*, a noiva já *chegara* na igreja.
- Ele *comprou* o apartamento com o dinheiro do carro que *vendera*.

Pretérito mais-que-perfeito (Composto):

- Embora tivera *deixado* a escola, ele nunca *deixou* de estudar.
- Quando eu *cheguei*, a Maria já *tinha saído*.
- Quando a gente *conseguiu* o dinheiro, ela já *tinha vendido* a moto.

O modo indicativo também possui o pretérito imperfeito que, diferentemente dos outros pretéritos do indicativo, não possui período composto, apenas simples. Ferrarezi (2014) destaca que o pretérito imperfeito do indicativo não possui período composto, mas com tudo é utilizado como verbo auxiliar no período composto do mais-queperfeito do indicativo, fato que ocorre em diversos tempos que não possuem períodos compostos, simplesmente porque são usados como auxiliar para formar períodos compostos em outros tempos.

O pretérito imperfeito do indicativo é utilizado para descrever um fato, um hábito ou um acontecimento que ocorria com frequência no passado, indicando continuidade

relacionada a outro acontecimento que aconteceu no pretérito, expressando também o presente em um momento passado em que se está sendo descrito, nos remetendo a Ferrarezi (2014), quando nos apresenta que o sentido do passado imperfeito transcorre diferentemente do sentido do passado perfeito composto do indicativo, afirmando que “o passado imperfeito do indicativo tem esse nome porque expressa uma ação durativa, com início e fim indefinidos, mas que se encerra antes do agora” (FERRAREZI, 2014, p.80.).

Exemplos:

Pretérito Imperfeito:

➤ **Fato Contínuo, habitual ou frequente:**

Naquela época eu *cantava* como um pássaro.

Antigamente ele *fazia* exercícios todos os dias.

➤ **Um fato que indica continuidade em relação a outro fato que ocorreu ao mesmo tempo no passado:**

-Eu *dormia* quando você entrou pela porta e me *acordou*.

-Enquanto ele *lia* o jornal, ela *fazia* ioga ao seu lado.

➤ **Um fato que era presente em um momento passado em que se está sendo descrito:**

-“*Faltava* um ponto a meu adversário para ganhar. A mim, *faltavam-me* não sei quantos: sei só que *eram* muitos.” (Álvares de Azevedo, 1965)

❖ Subjuntivo

O modo subjuntivo dos verbos, assim como o indicativo, é composto por três tempos pretéritos, porém os períodos temporais expressam um aspecto singular diferente do indicativo, contendo apenas um período simples e dois períodos compostos, sendo eles o Pretérito Perfeito (Composto), Pretérito Imperfeito (Simples) e Pretérito Mais-Que-Perfeito (Composto). Vejamos agora suas funções e usos no momento da enunciação.

O pretérito perfeito do modo subjuntivo é constituído somente de maneira composta, sucedido de um verbo auxiliar no presente do subjuntivo juntamente com um verbo principal no particípio, e ocorre quando o enunciado exprime um acontecimento supostamente concluído ou quando exprime um acontecimento a ser concluído no futuro com relação a outro acontecimento também no futuro, remetendo-nos a Ferrarezi (2014) que, em relação ao sentido enunciativo temporal do verbo, afirma o seguinte:

“Esse tempo se “calcula” mesmo é em relação ao MR lá no futuro. É esse MR no futuro que se define como limite para que o evento tenha já ocorrido antes, logo, no passado em relação a esse mesmo limite” (FERRAREZI, 2014, p.97).

□ Exemplos:

Pretérito Perfeito do Subjuntivo (Composto):

➤ **Quando exprime um fato supostamente concluído:**

- Talvez eu *tenha* me comportado muito mal.
- Acredito que ela *tenha observado* a planta da nova casa.
- Tomara que ela *tenha chegado* bem em casa.

➤ **Quando exprime um acontecimento a ser concluído no futuro com relação a outro acontecimento no futuro:**

- Quando chegarmos em casa, espero que já *tenham entregado* a correspondência que estou esperando.
- Talvez eu *tenha terminado* o trabalho quando o professor chegar.

O pretérito imperfeito do subjuntivo ocorre quando o momento enunciativo exprime um fato passado, condicionando o verbo principal da oração ao futuro do pretérito do modo indicativo, possuindo assim valor de passado, presente (fato em ocorrência) e futuro (relacionada a algum momento passado) no momento da enunciação, reportando-nos ao pensamento de Ferrarezi, percebemos que: “o sentido temporal do *passado imperfeito do subjuntivo* é o de *expressar um evento que deveria ter acontecido como condição para que outro evento ocorra*” (FERRAREI, 2014, p.97).

Exemplos:

Pretérito Imperfeito do Subjuntivo

➤ Quando possui valor de passado:

- Se você *tivesse* dinheiro, compraria uma loja.
- Mesmo que a saudade *batesse* a sua porta, permaneceria impassível.
- Se eu não *trabalhasse* tanto, caminharia todos os dias.

➤ Quando possui valor de presente (expressando fato em ocorrência):

- Se *tivesses* coragem, estaria lutando por seus ideais.

➤ Quando possui valor de futuro:

- Naquele instante, era provável que o mundo *ruísse*.
- “Se tu *fosses* tonel, como pareces, eu te beberia agora de um só trago.” (Álvares de Azevedo, 2000)
- Se eles *pudessem*, dormiriam o dia todo.

Ainda no modo subjuntivo temos o pretérito mais-que-perfeito, que é formado por um período composto, sucedido de um verbo auxiliar no presente do subjuntivo, juntamente com o verbo principal no particípio (assim como pretérito perfeito do subjuntivo), ocorrendo quando o momento elocutivo expressa uma ação anterior condicionando outra ação passada, e quando ocorre um fato passado que expressa dúvida, uma ação hipotética ou um fato irreal.

Ferrarezi (2014), em “*O estudo dos verbos na educação básica*”, apresenta-nos uma concepção diferente da gramática tradicional em relação ao pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo. O autor destaca que o passado mais-que-perfeito do subjuntivo toma como sentido de condição o passado imperfeito do subjuntivo, porém comparando-o como uma forma composta do imperfeito do subjuntivo ao relatar sua harmonia usual de sentido no período enunciativo, citando-a na forma prescrita como tradicional e na

forma usual mais aceita no PB, e que apesar das duas formas seu sentido não muda independentemente da forma escolhida.

Ainda em “*O estudo dos verbos na educação básica*”, Ferrarezi (2014) destaca que a condição de sentido expressa pelo pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo está sempre antes do agora (sentido passado em relação ao presente) que, diferentemente do pretérito mais-que-perfeito do indicativo, que expressa sentido referente a um evento que ocorre anterior ao tempo perfeito, o mais-que-perfeito do subjuntivo terá como referência um evento relacionado ao agora, ressaltando assim a importância de designação dos tempos durante o ensino dos pretéritos na educação básica, pois apesar de ambos possuírem o mesmo nome, possuem sentido de tempo (cronológico) ao momento de referência bem diferente em relação à sua função na estrutura do enunciado.

Exemplos:

Pretérito Mais-Que-Perfeito do Subjuntivo

➤ Quando expressa um acontecimento passado em relação a outro também passado:

-Se você *estivesse* de casaco, poderíamos ter ficado até mais tarde.

-Se *tivesse ouvido* o que diz a experiência, não correria os riscos pelos quais passou.

-Se *tivesse estudado* mais, teria tirado uma nota melhor.

➤ Quando ocorre um fato passado que expressa dúvida, uma ação hipotética ou um fato irreal:

- Esperava que eles *tivessem lido* todos os textos para aula.

- Se ele não *fosse* tão severo, gostaríamos de ter feito uma festa surpresa.

- Embora *tivessem limpo* bem a casa, sua mãe percebeu que havia ocorrido algo estranho.

4. O Homem que Sabia Javanês de Lima Barreto (Análise)

Nesta parte do trabalho, analisaremos um conto de Lima Barreto, para exemplificarmos melhor os conceitos e os usos dos pretéritos. Como em outros textos deste gênero, nos textos narrativos, é muito comum nos depararmos com os tempos verbais do pretérito, principalmente com o pretérito perfeito, o imperfeito e o mais-que-perfeito do indicativo, abrindo exceções para o imperfeito do subjuntivo em alguns casos.

Na estrutura dos textos narrativos, esses tempos são de fundamental importância para situar o leitor dos acontecimentos descritos na obra, ressaltando principalmente o tempo cronológico dos fatos, e destacando os momentos passados de fala dos personagens, principalmente quando o narrador descreve os fatos, remetendo-nos a um momento passado, causando expectativa e tornando a narrativa dinâmica. Partindo desses pressupostos, destacamos na obra de Lima Barreto, o sentido de cada tempo verbal constituinte na narrativa apresentada.

No 1º parágrafo, deparamo-nos com *contava* (1ª pessoa do singular do verbo contar, pretérito imperfeito do indicativo). O imperfeito do indicativo é o principal tempo empregado nas narrativas, seu sentido indica um fato ou ação não concluída, apresentando assim, na narrativa, aspectos durativos.

No 2º parágrafo, deparamo-nos com *fui* (1ª pessoa Singular do verbo ir, pretérito perfeito do indicativo), *houve* (1ª pessoa do singular do verbo haver, pretérito perfeito do indicativo), *estive* (1ª pessoa do singular do verbo estar, pretérito perfeito do indicativo), *afluíam* (3ª pessoa do plural do verbo afluir, pretérito imperfeito do indicativo), *contava* (1ª pessoa do singular do verbo contar, pretérito imperfeito do indicativo).

No 3º parágrafo, deparamo-nos com *ouvia* (3ª pessoa do singular do verbo ouvir, pretérito imperfeito do indicativo), *observou* (3ª pessoa do singular do verbo observar, pretérito perfeito do indicativo). Assim como ocorre com o pretérito imperfeito, outros tempos verbais também são empregados nas narrativas, como o pretérito perfeito do indicativo, o qual nos indica sentido de conclusão a um acontecimento descrito no texto.

No 27º parágrafo, deparamo-nos com *parecia* (3ª pessoa do singular do verbo parecer, pretérito imperfeito do indicativo), *estava* (3ª pessoa do singular do verbo estar,

pretérito imperfeito do indicativo), *havia* (3ª pessoa do singular do verbo haver, pretérito imperfeito do indicativo), *devia* (3ª pessoa do singular do verbo dever, pretérito imperfeito do indicativo), *descascavam* (3ª pessoa do plural do verbo descascar, pretérito imperfeito do indicativo), *estavam* (3ª pessoa do plural do verbo estar, pretérito imperfeito do indicativo). Ainda no contexto dos textos narrativos contamos com o uso dos verbos auxiliares, que sempre acompanham o verbo no gerúndio, atribuindo assim sentidos diferentes às expressões.

Nos parágrafos de fala dos personagens como o 31º parágrafo, encontramos *avancei* (1ª pessoa do verbo avançar, pretérito perfeito do indicativo). Enquanto no 32º, *respondeu* (3ª pessoa do singular do verbo responder, pretérito perfeito do indicativo). No 34º, *fez* (3ª pessoa do singular do verbo fazer, pretérito perfeito do indicativo), *insistiu* (3ª pessoa do singular do verbo insistir, pretérito perfeito do indicativo), e no 36º, *aprendeu* (3ª pessoa do singular do verbo aprender, pretérito perfeito do indicativo), *indagou* (3ª pessoa do singular do verbo indagar, pretérito perfeito do indicativo).

Em alguns pontos da narrativa percebemos o uso do pretérito imperfeito do subjuntivo, que, quando empregado no contexto histórico do texto, expressa sentido de possibilidade, reportando-nos à um acontecimento que ocorreu em um momento passado descrito pelo narrador durante o enredo.

No 57º parágrafo, deparamo-nos com *ficava* (3ª pessoa do singular do verbo ficar, pretérito imperfeito do indicativo), *estivesse* (3ª pessoa do singular do verbo estar, pretérito imperfeito do subjuntivo), *crecia* (1ª pessoa do singular do verbo crescer, pretérito imperfeito do indicativo). No 58º, *enchia* (3ª pessoa do singular do verbo encher, pretérito imperfeito do indicativo), *aumentava* (3ª pessoa do singular do verbo aumentar, pretérito imperfeito do indicativo), *passava* (3ª pessoa do singular do verbo passar, pretérito imperfeito do indicativo). No 59º, *contribuiu* (3ª pessoa do singular do verbo contribuir, pretérito perfeito do indicativo), *atribuiu* (3ª pessoa do singular do verbo atribuir, pretérito perfeito do indicativo) e *estive* (1ª pessoa do singular do verbo estar, pretérito perfeito do indicativo).

5. Considerações Finais

Com base nas análises conceituais dos pretéritos, percebemos uma contribuição significativa em relação ao processo compreensivo estrutural da variante padrão. Tendo em vista que o foco principal desta análise é a conscientização dos discentes em relação ao ensino dos tempos, sendo importante ressaltar que os professores que possuem um conhecimento aprofundado sobre as indicações de uso dos pretéritos, possuirão melhores condições ao desenvolver uma sequência didática que seja rica em termos de conhecimento gramatical (de preferência sobre o estudo dos verbos), provocando assim no aluno interesse nos estudos dirigidos à língua portuguesa, além da melhor compreensão e ensino dos verbos, ressaltando assim as concepções de uso e designação dos pretéritos contidos na estrutura da oração.

É evidente que a análise feita do conto não deve ser trabalhada com os alunos de modo seco e infrutífero, mas deve, com certeza, ser transformada numa atividade lúdica, em jogo que traga expectativas e que provoque reminiscências simbólicas; ou seja, deve ser metamorfoseada em movimento, ou movimentos, de ir e vir; de avanço e de defesa. E daí, dessa forma, o aprendizado ocorrerá de modo tranquilo e sem esforços inúteis de memorização não voluntária.

Se somarmos, dessa forma, o lúdico com o gramatical, a criança verdadeiramente estará aprendendo a variante padrão, algo tão caro em nossos dias, e algo tão raro em nossos procedimentos escolares fundamentais. A normatividade padrão precisa ser ensinada, precisam ser trabalhados todos os dados relativos à flexão verbal – pessoa, número, tempo e modo, além de outros aspectos dessa classe de palavras, tão rica e tão desprezada.

6. Referências

- Bagno, Marcos. **Gramática Pedagógica do Português Brasileiro**. 1ª. ed. São Paulo: Parábola, 2012.
- Bechara, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37ª.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.
- Benveniste, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. 5ª. ed. São Paulo: Pontes, 2005.
- Benveniste, Émile. **Problemas de Linguística Geral II**. 2ª. ed. São Paulo: Pontes, 2006.
- Ferrarezi Junior, Celso. **O estudo dos verbos na educação básica**. 1ª. ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- Neves, Maria Helena de Moura. **Gramática de Usos do Português**. 6ª. ed. São Paulo: Unesp, 2000.
- Oliveira, Luiz Roberto Peel Furtado de. **Vocabulário da sintaxe normativa portuguesa**. 1ª. ed. João Pessoa: Ideia, 2016.
- Perini, Mário A. **Gramática Descritiva do Português**. 3ª. ed. São Paulo: Ática, 1999.
- Perini, Mário. A. **Gramática do português brasileiro**. 1ª. ed. São Paulo: Parábola, 2010.
- Rocha Lima, Carlos Henrique da. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 31ª. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.
- Rocha Lima, Carlos Henrique da. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 44ª. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.
- Travaglia, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática**. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ANEXOS

O Homem que Sabia Javanês

Lima Barreto

Em uma confeitaria, certa vez, ao meu amigo Castro, contava eu as partidas que havia pregado às convicções e às respeitabilidades, para poder viver.

Houve mesmo, uma dada ocasião, quando estive em Manaus, em que fui obrigado a esconder a minha qualidade de bacharel, para mais confiança obter dos clientes, que afluíam ao meu escritório de feiticeiro e adivinho. Contava eu isso.

O meu amigo ouvia-me calado, embevecido, gostando daquele meu Gil Blas vivido, até que, em uma pausa da conversa, ao esgotarmos os copos, observou a esmo:

— Tens levado uma vida bem engraçada, Castelo!

— Só assim se pode viver... Isto de uma ocupação única: sair de casa a certas horas, voltar a outras, aborrece, não achas? Não sei como me tenho agüentado lá, no consulado!

— Cansa-se; mas, não é disso que me admiro. O que me admira, é que tenhas corrido tantas aventuras aqui, neste Brasil imbecil e burocrático.

— Qual! Aqui mesmo, meu caro Castro, se podem arranjar belas páginas de vida. Imagina tu que eu já fui professor de javanês!

— Quando? Aqui, depois que voltaste do consulado?

— Não; antes. E, por sinal, fui nomeado cônsul por isso.

— Conta lá como foi. Bebes mais cerveja?

— Bebo.

Mandamos buscar mais outra garrafa, enchemos os copos, e continuei:

— Eu tinha chegado havia pouco ao Rio estava literalmente na miséria. Vivia fugido de casa de pensão em casa de pensão, sem saber onde e como ganhar dinheiro, quando li no Jornal do Comércio o anuncio seguinte:

"Precisa-se de um professor de língua javanesa. Cartas, etc." Ora, disse cá comigo, está ali uma colocação que não terá muitos concorrentes; se eu capiscasse quatro palavras, ia apresentar-me. Saí do café e andei pelas ruas, sempre a imaginar-me professor de javanês, ganhando dinheiro, andando de bonde e sem encontros desagradáveis com os "cadáveres". Insensivelmente dirigi-me à Biblioteca Nacional. Não sabia bem que livro iria pedir; mas, entrei, entreguei o chapéu ao porteiro, recebi a senha e subi. Na escada, acudiu-me pedir a Grande Encyclopédie, letra J, a fim de consultar o artigo relativo a Java e a língua javanesa. Dito e feito. Fiquei sabendo, ao fim de alguns minutos, que Java era uma grande ilha do arquipélago de Sonda, colônia holandesa, e o javanês, língua aglutinante do grupo maleo-polinésico, possuía uma literatura digna de nota e escrita em caracteres derivados do velho alfabeto hindu.

A Encyclopédie dava-me indicação de trabalhos sobre a tal língua malaia e não tive dúvidas em consultar um deles. Copiei o alfabeto, a sua pronunciação figurada e saí. Andei pelas ruas, perambulando e mastigando letras. Na minha cabeça dançavam hieróglifos; de quando em quando consultava as minhas notas; entrava nos jardins e escrevia estes calungas na areia para guardá-los bem na memória e habituar a mão a escrevê-los.

À noite, quando pude entrar em casa sem ser visto, para evitar indiscretas perguntas do encarregado, ainda continuei no quarto a engolir o meu "a-b-c" malaio, e, com tanto afinco levei o propósito que, de manhã, o sabia perfeitamente. Convenci-me que aquela era a língua mais fácil do mundo e saí; mas não tão cedo que não me encontrasse com o encarregado dos aluguéis dos cômodos:

— Senhor Castelo, quando salda a sua conta?

Respondi-lhe então eu, com a mais encantadora esperança:

— Breve... Espere um pouco... Tenha paciência... Vou ser nomeado professor de javanês, e....

Por aí o homem interrompeu-me:

— Que diabo vem a ser isso, Senhor Castelo?

Gostei da diversão e ataquei o patriotismo do homem:

— É uma língua que se fala lá pelas bandas do Timor. Sabe onde é?

Oh! Alma ingênua! O homem esqueceu-se da minha dívida e disse-me com aquele falar forte dos portugueses:

— Eu cá por mim, não sei bem; mas ouvi dizer que são umas terras que temos lá para os lados de Macau. E o senhor sabe isso, Senhor Castelo?

Animado com esta saída feliz que me deu o javanês, voltei a procurar o anúncio. Lá estava ele. Resolvi animosamente propor-me ao professorado do idioma oceânico. Redigi a resposta, passei pelo Jornal e lá deixei a carta. Em seguida, voltei à biblioteca e continuei os meus estudos de javanês. Não fiz grandes progressos nesse dia, não sei se por julgar o alfabeto javanês o único saber necessário a um professor de língua malaia ou se por ter me empenhado mais na bibliografia e história literária do idioma que ia ensinar.

Ao cabo de dois dias, recebia eu uma carta para ir falar ao doutor Manuel Feliciano Soares Albernaz, Barão de Jacuecanga, à Rua Conde de Bonfim, não me recordo bem que numero. E preciso não te esqueceres que entrementes continuei estudando o meu malaio, isto é, o tal javanês. Além do alfabeto, fiquei sabendo o nome de alguns autores, também perguntar e responder "como está o senhor?" - e duas ou três regras de gramática, lastrado todo esse saber com vinte palavras do léxico.

Não imaginas as grandes dificuldades com que lutei, para arranjar os quatrocentos réis da viagem! É mais fácil - podes ficar certo - aprender o javanês.... Fui a pé. Cheguei suadíssimo; e, com maternal carinho, as anosas mangueiras, que se perfilavam em alameda diante da casa do titular, me receberam, me acolheram e me reconfortaram. Em toda a minha vida, foi o único momento em que cheguei a sentir a simpatia da natureza...

Era uma casa enorme que parecia estar deserta; estava mal tratada, mas não sei porque me veio pensar que nesse mau tratamento havia mais desleixo e cansaço de viver que mesmo pobreza. Devia haver anos que não era pintada. As paredes descascavam e os beirais do telhado, daquelas telhas vidradas de outros tempos, estavam desguarnecidos aqui e ali, como dentaduras decadentes ou mal cuidadas.

Olhei um pouco o jardim e vi a pujança vingativa com que a tiririca e o carrapicho tinham expulsado os tinhorões e as begônias. Os crótons continuavam, porém, a viver com a sua folhagem de cores mortíferas. Bati. Custaram-me a abrir. Veio, por fim, um antigo preto africano, cujas barbas e cabelo de algodão davam à sua fisionomia uma aguda impressão de velhice, doçura e sofrimento.

Na sala, havia uma galeria de retratos: arrogantes senhores de barba em colar se perfilavam enquadrados em imensas molduras douradas, e doces perfis de senhoras, em bandós, com grandes leques, pareciam querer subir aos ares, enfunadas pelos redondos vestidos à balão; mas, daquelas velhas coisas, sobre as quais a poeira punha mais antiguidade e respeito, a que gostei mais de ver foi um belo jarrão de porcelana da China ou da Índia, como se diz. Aquela pureza da louça, a sua fragilidade, a ingenuidade do desenho e aquele seu fosco brilho de luar, diziam-me a mim que aquele objeto tinha sido feito por mãos de criança, a sonhar, para encanto dos olhos fatigados dos velhos desiludidos...

Esperei um instante o dono da casa. Tardou um pouco. Um tanto trôpego, com o lenço de alcobaça na mão, tomando veneravelmente o simonte de antanho, foi cheio de respeito que o vi chegar. Tive vontade de ir-me embora. Mesmo se não fosse ele o discípulo, era sempre um crime mistificar aquele ancião, cuja velhice trazia à tona do meu pensamento alguma coisa de augusto, de sagrado. Hesitei, mas fiquei.

— Eu sou, avancei, o professor de javanês, que o senhor disse precisar.

— Sente-se, respondeu-me o velho. O senhor é daqui, do Rio?

— Não, sou de Canavieiras.

— Como? Fez ele. Fale um pouco alto, que sou surdo, — Sou de Canavieiras, na Bahia, insisti eu. — Onde fez os seus estudos?

— Em São Salvador.

— Em onde aprendeu o javanês? Indagou ele, com aquela teimosia peculiar aos velhos.

Não contava com essa pergunta, mas imediatamente arquitetei uma mentira. Contei-lhe que meu pai era javanês. Tripulante de um navio mercante, viera ter à Bahia, estabelecera-se nas proximidades de Canavieiras como pescador, casara, prosperara e fora com ele que aprendi javanês.

— E ele acreditou? E o físico? Perguntou meu amigo, que até então me ouvira calado.

— Não sou, objetei, lá muito diferente de um javanês. Estes meus cabelos corridos, duros e grossos e a minha pele basané podem dar-me muito bem o aspecto de um mestiço de malaio.... Tu sabes bem que, entre nós, há de tudo: índios, malaios, taitianos, malgaches, guanches, até godos. É uma comparsaria de raças e tipos de fazer inveja ao mundo inteiro.

— Bem, fez o meu amigo, continua.

— O velho, emendei eu, ouviu-me atentamente, considerou demoradamente o meu físico, pareceu que me julgava de fato filho de malaio e perguntou-me com doçura:

— Então está disposto a ensinar-me javanês?

— A resposta saiu-me sem querer: — Pois não.

— O senhor há de ficar admirado, aduziu o Barão de Jacuecanga, que eu, nesta idade, ainda queira aprender qualquer coisa, mas...

— Não tenho que admirar. Têm-se visto exemplos e exemplos muito fecundos...?

— O que eu quero, meu caro senhor....

— Castelo, adiantei eu.

— O que eu quero, meu caro Senhor Castelo, é cumprir um juramento de família. Não sei se o senhor sabe que eu sou neto do Conselheiro Albernaz, aquele que

acompanhou Pedro I, quando abdicou. Voltando de Londres, trouxe para aqui um livro em língua esquisita, a que tinha grande estimação. Fora um hindu ou siamês que lho dera, em Londres, em agradecimento a não sei que serviço prestado por meu avô. Ao morrer meu avô, chamou meu pai e lhe disse: "Filho, tenho este livro aqui, escrito em javanês. Disse-me quem mo deu que ele evita desgraças e traz felicidades para quem o tem. Eu não sei nada ao certo. Em todo o caso, guarda-o; mas, se queres que o fado que me deitou o sábio oriental se cumpra, faze com que teu filho o entenda, para que sempre a nossa raça seja feliz." Meu pai, continuou o velho barão, não acreditou muito na história; contudo, guardou o livro. Às portas da morte, ele mo deu e disse-me o que prometera ao pai. Em começo, pouco caso fiz da história do livro. Deitei-o a um canto e fabriquei minha vida. Cheguei até a esquecer-me dele; mas, de uns tempos a esta parte, tenho passado por tanto desgosto, tantas desgraças têm caído sobre a minha velhice que me lembrei do talismã da família. Tenho que o ler, que o compreender, se não quero que os meus últimos dias anunciem o desastre da minha posteridade; e, para entendê-lo, é claro, que preciso entender o javanês. Eis aí.

Calou-se e notei que os olhos do velho se tinham orvalhado. Enxugou discretamente os olhos e perguntou-me se queria ver o tal livro. Respondi-lhe que sim. Chamou o criado, deu-lhe as instruções e explicou-me que perdera todos os filhos, sobrinhos, só lhe restando uma filha casada, cuja prole, porém, estava reduzida a um filho, débil de corpo e de saúde frágil e oscilante.

Veio o livro. Era um velho calhamaço, um in-quarto antigo, encadernado em couro, impresso em grandes letras, em um papel amarelado e grosso. Faltava a folha do rosto e por isso não se podia ler a data da impressão. Tinha ainda umas páginas de prefácio, escritas em inglês, onde li que se tratava das histórias do príncipe Kulanga, escritor javanês de muito mérito.

Logo informei disso o velho barão que, não percebendo que eu tinha chegado aí pelo inglês, ficou tendo em alta consideração o meu saber malaio. Estive ainda folheando o cartapácio, à laia de quem sabe magistralmente aquela espécie de vasconço, até que afinal contratamos as condições de preço e de hora, comprometendo-me a fazer com que ele lesse o tal alfarrábio antes de um ano.

Dentro em pouco, dava a minha primeira lição, mas o velho não foi tão diligente quanto eu. Não conseguia aprender a distinguir e a escrever nem sequer quatro letras. Enfim, com metade do alfabeto levamos um mês e o Senhor Barão de Jacuecanga não ficou lá muito senhor da matéria: aprendia e desaprendia.

A filha e o genro (penso que até aí nada sabiam da história do livro) vieram a ter notícias do estudo do velho; não se incomodaram. Acharam graça e julgaram a coisa boa para distraí-lo.

Mas com o que tu vais ficar assombrado, meu caro Castro, é com a admiração que o genro ficou tendo pelo professor de javanês. Que coisa Única! Ele não se cansava de repetir: “É um assombro! Tão moço! Se eu soubesse isso, ah! onde estava !”

O marido de Dona Maria da Glória (assim se chamava a filha do barão), era desembargador, homem relacionado e poderoso; mas não se pejava em mostrar diante de todo o mundo a sua admiração pelo meu javanês. Por outro lado, o barão estava contentíssimo. Ao fim de dois meses, desistira da aprendizagem e pedira-me que lhe traduzisse, um dia sim outro não, um trecho do livro encantado. Bastava entendê-lo, disse-me ele; nada se opunha que outrem o traduzisse e ele ouvisse. Assim evitava a fadiga do estudo e cumpria o encargo.

Sabes bem que até hoje nada sei de javanês, mas compus umas histórias bem tolas e impingi-as ao velhote como sendo do crônicon. Como ele ouvia aquelas bobagens! ...

Ficava extático, como se estivesse a ouvir palavras de um anjo. E eu crescia aos seus olhos!

Fez-me morar em sua casa, enchia-me de presentes, aumentava-me o ordenado. Passava, enfim, uma vida regalada.

Contribuiu muito para isso o fato de vir ele a receber uma herança de um seu parente esquecido que vivia em Portugal. O bom velho atribuiu a cousa ao meu javanês; e eu estive quase a crê-lo também.

Fui perdendo os remorsos; mas, em todo o caso, sempre tive medo que me aparecesse pela frente alguém que soubesse o tal patuá malaio. E esse meu temor foi grande, quando o doce barão me mandou com uma carta ao Visconde de Caruru, para que me fizesse entrar na diplomacia. Fiz-lhe todas as objeções: a minha fealdade, a falta de

elegância, o meu aspecto tagalo. — "Qual! Retrucava ele. Vá, menino; você sabe javanês!" Fui. Mandou-me o visconde para a Secretaria dos Estrangeiros com diversas recomendações. Foi um sucesso.

O diretor chamou os chefes de seção: "Vejam só, um homem que sabe javanês — que portento!"

Os chefes de seção levaram-me aos oficiais e amanuenses e houve um destes que me olhou mais com ódio do que com inveja ou admiração. E todos diziam: "Então sabe javanês? É difícil? Não há quem o saiba aqui!"

O tal amanuense, que me olhou com ódio, acudiu então: "É verdade, mas eu sei canaque. O senhor sabe?" Disse-lhe que não e fui à presença do ministro.

A alta autoridade levantou-se, pôs as mãos às cadeiras, concertou o pincenez no nariz e perguntou: "Então, sabe javanês?" Respondi-lhe que sim; e, à sua pergunta onde o tinha aprendido, contei-lhe a história do tal pai javanês. "Bem, disse-me o ministro, o senhor não deve ir para a diplomacia; o seu físico não se presta... O bom seria um consulado na Ásia ou Oceania. Por ora, não há vaga, mas vou fazer uma reforma e o senhor entrará. De hoje em diante, porém, fica adido ao meu ministério e quero que, para o ano, parta para Bale, onde vai representar o Brasil no Congresso de Lingüística. Estude, leia o Hovelacque, o Max Müller, e outros!"

Imagina tu que eu até aí nada sabia de javanês, mas estava empregado e iria representar o Brasil em um congresso de sábios.

O velho barão veio a morrer, passou o livro ao genro para que o fizesse chegar ao neto, quando tivesse a idade conveniente e fez-me uma deixa no testamento.

Pus-me com afã no estudo das línguas maleo-polinésicas; mas não havia meio!

Bem jantado, bem vestido, bem dormido, não tinha energia necessária para fazer entrar na cachola aquelas coisas esquisitas. Comprei livros, assinei revistas: *Revue Anthropologique et Linguistique*, *Proceedings of the English-Oceanic Association*, *Archivo Glottologico Italiano*, o diabo, mas nada! E a minha fama crescia. Na rua, os informados apontavam-me, dizendo aos outros: "Lá vai o sujeito que sabe javanês." Nas livrarias, os gramáticos consultavam-me sobre a colocação dos pronomes no tal jargão das ilhas de Sonda. Recebia cartas dos eruditos do interior, os jornais citavam o meu saber

e recusei aceitar uma turma de alunos sequiosos de entenderem o tal javanês. A convite da redação, escrevi, no Jornal do Comércio um artigo de quatro colunas sobre a literatura javanesa antiga e moderna...

— Como, se tu nada sabias? Interrompeu-me o atento Castro.

— Muito simplesmente: primeiramente, descrevi a ilha de Java, com o auxílio de dicionários e umas poucas de geografias, e depois citei a mais não poder.

— E nunca duvidaram? Perguntou-me ainda o meu amigo.

— Nunca. Isto é, uma vez quase fico perdido. A polícia prendeu um sujeito, um marujo, um tipo bronzado que só falava uma língua esquisita. Chamaram diversos intérpretes, ninguém o entendia. Fui também chamado, com todos os respeitos que a minha sabedoria merecia, naturalmente. Demorei-me em ir, mas fui afinal. O homem já estava solto, graças à intervenção do cônsul holandês, a quem ele se fez compreender com meia dúzia de palavras holandesas. E o tal marujo era javanês — uf!

Chegou, enfim, a época do congresso, e lá fui para a Europa. Que delícia! Assisti à inauguração e às sessões preparatórias. Inscreveram-me na seção do tupiguarani e eu abalei para Paris. Antes, porém, fiz publicar no Mensageiro de Bale o meu retrato, notas biográficas e bibliográficas. Quando voltei, o presidente pediu-me desculpas por me ter dado aquela seção; não conhecia os meus trabalhos e julgara que, por ser eu americano brasileiro, me estava naturalmente indicada a seção do tupi-guarani. Aceitei as explicações e até hoje ainda não pude escrever as minhas obras sobre o javanês, para lhe mandar, conforme prometi.

Acabado o congresso, fiz publicar extratos do artigo do Mensageiro de Bale, em Berlim, em Turim e Paris, onde os leitores de minhas obras me ofereceram um banquete, presidido pelo Senador Gorot. Custou-me toda essa brincadeira, inclusive o banquete que me foi oferecido, cerca de dez mil francos, quase toda a herança do crédulo e bom Barão de Jacuecanga.

Não perdi meu tempo nem meu dinheiro. Passei a ser uma glória nacional e, ao saltar no cais Pharoux, recebi uma ovação de todas as classes sociais e o presidente da república, dias depois, convidava-me para almoçar em sua companhia.

Dentro de seis meses fui despachado cônsul em Havana, onde estive seis anos e para onde voltarei, a fim de aperfeiçoar os meus estudos das línguas da Malaia, Melanésia e Polinésia.

— É fantástico, observou Castro, agarrando o copo de cerveja.

— Olha: se não fosse estar contente, sabes que ia ser ?

— Que?

— Bacteriologista eminente. Vamos?

— Vamos.

Gazeta da Tarde, Rio.28-4-1911.